

A utilização da fotografia no processo de intervenção urbana

Thamine de Almeida A. Ayoub¹

Lígia B. Carreri Mauá²

Resumo

Pretende-se, neste artigo, apresentar um panorama do contexto projetual das intervenções urbanas, destacando o papel da fotografia neste processo. Recuperar uma área pressupõe melhorar a imagem da cidade na qual está inserida. O termo imagem aqui utilizado trata-se de um valor abstrato, uma ideia desconhecida da visão que cada pessoa tem no seu subconsciente de uma determinada área. Kevin Lynch (1960) dá suporte para essa teorização por meio de uma metodologia que permite analisar e classificar essa visão. A intervenção urbana altera essa imagem que, portanto, deve ser trabalhada minuciosamente em todas as fases do projeto. Para tanto, é necessário que o arquiteto e urbanista materialize essa imagem para que seja possível manuseá-la e redesenhá-la no desenvolvimento do produto final. Dessa forma, a fotografia assume seu papel na transmissão das características da área fotografada, é utilizada como base (desde escala até composição espacial) para todos os desenhos e tentativas de materialização do espaço para que a intervenção seja devidamente inoculada no contexto e não agrida a paisagem ao se inserir no subconsciente pessoal. Os exemplos estudados para diagnosticar casos de uso da fotografia em projetos de intervenção urbana revelaram que ela exerce papel fundamental na obtenção de informações pelo urbanista desde o início dos estudos de planejamento. Atualmente, o material fotográfico pode ser trabalhado nos *softwares* utilizados no desenvolvimento do trabalho tornando-se referência também no setor gráfico.

Palavras-chave: Intervenção urbana. Imagem da cidade. Fotografia.

¹ Arquiteta e Urbanista, graduada pela UEL — Universidade Estadual de Londrina. Estudante especial no Programa de Mestrado em Ciências Sociais da UEL — Universidade Estadual de Londrina. E-mail: thamine.ayoub@gmail.com.

² Arquiteta e Urbanista, graduada pela UEL — Universidade Estadual de Londrina. Aluna de pós-graduação no Departamento de Design, CECA — Centro de Educação, Comunicação e Artes da UEL — Universidade Estadual de Londrina. E-mail: ligiamaua@hotmail.com.

1 Introdução

O objetivo deste estudo é demonstrar o papel valioso que a fotografia exerce durante o processo de projeto de uma intervenção urbana. Para alcançá-lo, será exposto, brevemente, o contexto do planejamento urbano para então explicar, no âmbito projetual, em qual conjuntura a fotografia se torna material essencial para um resultado satisfatório nas intervenções urbanas.

Uma intervenção urbana, em qualquer escala, transforma a imagem percebida pelos transeuntes de forma a causar-lhes reações diversas. Buscando reações positivas por parte da população, o planejamento procura interpretar a percepção das pessoas. A fotografia representa, dessa forma, a materialização do olhar de cada indivíduo sobre determinada paisagem e, em uma escala mais ampla, sobre a cidade.

2 Panorama do contexto projetual das intervenções urbanas

A iniciativa da dissolução da cidade, a partir de razões interdisciplinares, deu-se na década de cinquenta, o que gerou o estabelecimento do desenho urbano como um juízo no qual a prioridade no ambiente construído é a qualidade de vida. Assim, muitos profissionais arquitetos e urbanistas deslocaram-se para a área de planejamento no sentido de abranger aspectos sociais e econômicos.

O desenho urbano trata os aspectos relacionados à disposição, à aparência e à funcionalidade das cidades, focando a forma e o aproveitamento do espaço público. Entendido como uma praxe de desenho que se desenvolve na interseção de três áreas, o desenho urbano é considerado um subconjunto disciplinar do planejamento urbano, urbanismo paisagístico e da arquitetura.

O crescimento das cidades em todo o mundo ocasionou o aumento da importância do desenho urbano como um gesto técnico e artístico de produção de espaços urbanos.

Figura 1 – Foto aérea do centro de Porto Alegre.

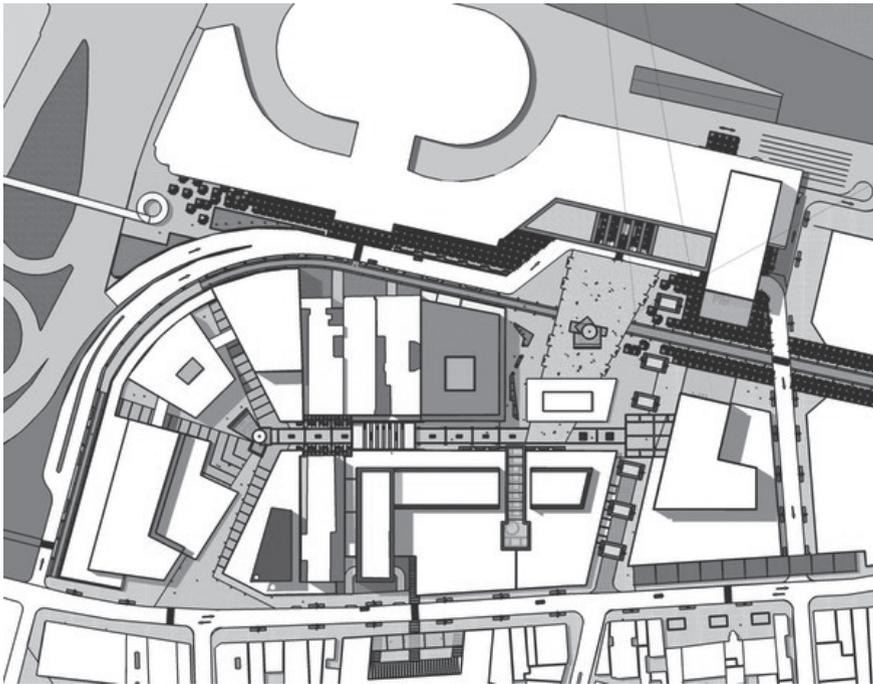


Fonte: (BEHANCE NETWORK, @2006-2012).

Deve-se considerar o projeto urbano como sugestão de organização física dos espaços para a execução dos objetivos pré-determinados.

Objetivando a conformação de espaços com energia, suas diretrizes seguem em torno da preocupação com a variedade de atividades e de um sistema que suporte suas funções, buscando assim a produção de espaços destinados à população. Dessa forma, conjectura-se divulgar e valorizar a história e a cultura de uma cidade, um melhor aproveitamento de sua infraestrutura, propiciar a acomodação da área pela comunidade, como também potencializar sua economia, ou seja, aperfeiçoar a imagem desta cidade.

Figura 2 – Implantação da Proposta de Revitalização do centro de Porto Alegre.



Fonte: (BEHANCE NETWORK, @2006-2012).

A preocupação do desenho urbano contemporâneo é regida pelo desenho dos espaços como essência estética e também cenários de comportamentos e atividades. Seu enfoque baseia-se na variedade de atividades que contribui na concepção de espaços urbanos bem sucedidos, com estrutura física capaz de sustentar tanto suas designações, quanto suas funções e dinamismo.

Para o autor Francis Tibbalds (2001), a proposta deve abranger os aspectos intrínsecos do lugar como território, respeitando sua complexidade e particularidade, mantendo seu espetáculo de pessoas indo e vindo.

Bentley et al. (1997) desenvolveram, no livro “Responsive Environments, a manual for designers”, um conjunto de conceitos que tem por finalidade a conformação de um ambiente democrático e fértil em oportunidades, por meio da ma-

ximização das escolhas contidas dentro dele. Sendo esses conceitos resumidos em: permeabilidade, acessibilidade, legibilidade, variedade e flexibilidade, identidade e propriedade. Mesmo que tal conjunto não conforme recursos ilativos, é requisito indispensável na geração de espaços democráticos, sendo necessário nos processos de planejamento e gestão urbana, na revitalização e introdução dos espaços públicos nas cidades.

Partindo desses conceitos próprios do desenho urbano, sistematizou-se uma estrutura visando à composição de uma “Matriz Conceitual” com o intuito de possibilitar a avaliação dos elementos do desenho urbano como: hierarquia dos espaços, atividades e vias, bairros e quadras, dentre outras propostas, sob as diretrizes de cada um dos conceitos.

O plano produtor da “Matriz Conceitual” foi primordial quanto ao processo de elaboração de uma metodologia de análise de projetos urbanísticos e arquitetônicos que verifica a presença dos conceitos do desenho urbano, confirmando ou não a preocupação dos arquitetos em incluir em suas propostas conceitos tão substanciais na sustentação de áreas de qualidade para o ambiente urbano (BENTLEY et al., 1997 apud ZELINKA; BRENNAN, 2001).

Dentro dessa metodologia, a proposta projetual segue uma composição por etapas de pesquisa que precede o início do projeto em si. Incorporando a percepção ambiental embasada pelos teóricos Vicente Del Rio e Kevin Lynch, a pesquisa é formulada a partir da pesquisa de campo, composta por questionários, mapas mentais e percepção visual ou levantamento iconográfico.

A percepção ambiental considera a questão da compreensão, na qual “[...] todo o ambiente que envolve o ser humano, seja físico, social, psicológico ou até mesmo imaginário, influencia a percepção e a conduta” (DEL RIO; OLIVEIRA, 1999, p. 3). O termo não inclui somente as percepções biofisiológicas, mas também as imagens que criamos em nossas mentes a respeito do mundo vivido: “[...] Nossas memórias, experiências, predileções, interpretações, atitudes e expectativas” (DEL RIO, 2005, apud SOARES, 2005, p. 96). Desse modo, a percepção ambiental relaciona-se com o contato com características externas e internas da experiência.

Assim, é compreendida como uma tomada de consciência e entendimento do ambiente pelo homem. Para Soares (2005), as interações entre indivíduo e ambiente têm relação direta com as percepções, os processos cognitivos, as conclusões e expectativas do ser humano quanto ao ambiente, as suas satisfações e insatisfações, bem como seus julgamentos e condutas.

Dentro do âmbito da percepção, Kevin Lynch (1960) trata o tempo como elemento essencial. O autor conclui que esse processo é realizado aos poucos, no enfoque quanto à impossibilidade de apreender a cidade de uma só vez. Para Lynch (1960), as experiências não ocorrem individualmente, e sim em consideração a seu entorno. O contexto é determinante, ao passo que elementos semelhantes adquirem significados divergentes se encontrados em diferentes contextos.

3 Papel da fotografia no contexto projetual das intervenções urbanas

No que se refere às transformações do espaço, a fotografia concede uma linguagem indireta e subjetiva, tal linguagem pode ser trabalhada como um olhar único de um indivíduo que corresponde de alguma maneira ao contexto urbano. O acúmulo fotográfico gerado no final de um determinado percurso constitui uma resposta simbólica sobre a relação do sujeito com a realidade urbana (CIDADE, 2002).

A linguagem fotográfica pode ser considerada como expressão que pode evidenciar características da cidade que passam desacompanhadas. Seu caráter subjetivo faz com que seja objeto importante quando da pretensão, no caso dos urbanistas, de analisar todas as possíveis visões que os indivíduos têm da cidade (OLIVEIRA, 2003).

O autor Josep Maria Montaner (2007) coloca que a arte, em suas diversas faces, pode ser utilizada como matéria crítica para a interpretação da cidade. No caso dessa pesquisa, a fotografia é a arte visual que mais auxilia as possíveis interpretações do urbano.

Para Angel Lo Celso (1948), a vivência espacial das pessoas corresponde à realidade vivida naquele determinado lugar. Portanto, são incontáveis as vivências e, dessa forma, infinitas as imagens registradas no espaço correspondente.

A fotografia é um instrumento que possibilita a compreensão, por parte do urbanista, da imagem de um determinado espaço percebida por seus usuários, possibilitando a análise, dentro dos parâmetros estabelecidos por Lynch (1960), do local de intervenção. Anterior ao processo de projetar, o profissional precisa construir o imaginário da cidade para formular sua proposta.

A fotografia surgiu como objeto de trabalho na arquitetura e no urbanismo, desde seu início, como material de análise e pesquisa e, desde o princípio, trata o tema dos espaços urbanos intensivamente.

Joseph Niépce, autor do primeiro artefato fotográfico, abordou o espaço urbano em tal trabalho, datado de 1826. Depois de consolidada como arte, a linguagem fotográfica passa a ser objeto de estudo, registro e documentação em diferentes áreas do conhecimento.

Segundo estudos de Beatriz Colomina (1996), por volta de 1920, Le Corbusier, mestre da arquitetura moderna, já manipulava imagens fotográficas de seus edifícios e destes fazia relações com o entorno.

Segundo Nestor Goulart, em entrevista à Bargmann Netto (2000), ex-diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (FAU-USP), a utilização da fotografia para pesquisa na área de arquitetura e urbanismo iniciou-se com a fundação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo em 1948. Inicialmente, a fotografia auxiliou alunos no estudo do Brasil e de sua arquitetura, já que até seu surgimento e disseminação, os registros das obras eram feitos por desenhos de observação que necessitavam de visitas prolongadas ao local, demandando tempo e trabalho em grande quantidade. Dessa forma, por volta do ano de 1973, Nestor Goulart, atuante como diretor da FAU-USP, inicia a criação de um laboratório de recursos audiovisuais. Sua criação objetivava o fácil acesso aos materiais pelos alunos.

No uso da fotografia no urbanismo, observa-se uma noção vastamente difundida, tanto em usos tradicionais (documentação, registros e arte) quanto na introdução de outros, como é o caso das fotografias prospectivas, que representam importante instrumento na área urbanística, sendo uma maneira de utilização da fotografia cuja imagem traduz propostas ainda não executadas (BARRETO, 2010).

Figura 3 – Foto de residência antes da reforma.



Fonte: (FORMA E ESPAÇO'S BLOG, [2012]).

Figura 4 – Imagem tridimensional da casa reformada.



Fonte: (FORMA E ESPAÇO'S BLOG, [2012]).

Quanto aos agentes produtores do espaço urbano, a fotografia e seus princípios para obtenção de imagens são utilizados de diferentes formas e não somente por arquitetos urbanistas, como também por corretores, incorporadores imobiliários e pelo poder público. Faz-se uso de técnicas que variam desde a fotografia tradicional até fotografias de satélite, tendo como exemplo material que pode ser obtido por meio do aplicativo Google Earth.³

4 A imagem da cidade

Por meio de uma leitura inicial das associações feitas pelos cidadãos a respeito de diferentes trechos urbanos, torna-se possível a verificação da imagem da cidade. Tais associações são dependentes das experiências vividas pelos indivíduos, as sensações agradáveis, bem como possíveis desconfortos gerados pelas deficiências dos passeios; pela ocupação desregrada deles e das vias públicas; pela sinalização imprópria; pela corrosão do mobiliário urbano e a sua má locação, além do trânsito caótico e da decorrente poluição ambiental e sonora.

A seguir, fotos de um mesmo local, tiradas por pessoas diferentes, mostram que as percepções acerca de uma mesma paisagem podem ser diferentes em função do observador.

Figura 5 – Centro de Toronto – Canadá.

Foto tirada pela estudante Caroline Benek, do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UEL, em 2008.



Fonte: acervo Lígia B. C. Mauá.

³ Google Earth, disponível em: <http://www.google.com.br/intl/pt-BR/earth/index.html>.

Figura 6 – Centro de Toronto – Canadá.



Foto tirada pela estudante Caroline Benek, do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UEL, em 2008.

Fonte: acervo Lígia B. C. Mauá.

Figura7 – Centro de Toronto – Canadá.



Foto tirada pela estudante Caroline Benek, do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UEL, em 2008.

Fonte: acervo Lígia B. C. Mauá.

Figura 8 – Centro de Toronto – Canadá.



Foto tirada pela estudante Caroline Benek, do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UEL, em 2008.

Fonte: acervo Lúgia B. C. Mauá.

Dentro deste panorama, Kevin Lynch (1960), em seu livro “A Imagem da Cidade”, defende a ideia de um elo estratégico no processo de orientação: a imagem ambiental. A questão da imagem é de grande valia na forma prática e também emocional para o homem. A ocorrência de uma imagem nítida do entorno estabelece uma esca valiosa para o desenvolvimento do cidadão na escala urbana, o que, para Lynch (1960), constitui o conceito de legibilidade, isto é, um ambiente caracterizado a partir de sua clareza, sendo ele legível, ou não. Assim sendo, a legibilidade institui o grau de profundidade e intensidade das experiências humanas na cidade.

As imagens coletivas firmam os consensos substanciais entre as imagens que são criadas por cada individuo dentro de um grupo. E é esse material que mais interessa aos planejadores urbanos quando eles têm a intenção de propor e criar ambientes que possam vir a ser usados pela população.

Nas definições de Lynch (1960), elementos da cidade combinam-se para formar essa imagem de conjunto e devem ser trabalhados concomitantemente no processo de intercessão urbana. Em sua obra “Análise urbana”, Philippe Panerai (2006) cita os limites, os bairros, os pontos nodais e os marcos como os elementos

que formam áreas da paisagem definidas por percursos, setores, pontos nodais e limites.

Para Panerai (2006), com os estudos das sequências formadas por esses trechos, adquirem-se imagens, compostas pela rua e por outros elementos da paisagem, provocadoras de sensações de simetria ou assimetria, demarcação lateral ou axial, de abertura ou fechamento, convexidade e concavidade, perfil ou inflexão, deferência ou competição, de estrangulamento, bastidores, deflexão e retorno.

A busca por sensações que aforem as potencialidades de determinada área é o objetivo nas propostas urbanas. Kevin Lynch (1960, p. 108) coloca a relevância do desenho nas ruas – “As vias são o meio mais poderoso pelo qual o todo pode ser ordenado”. Para que o observador tenha em mente uma estruturação mental satisfatória acerca de determinada região da cidade, é primordial que haja um destaque na hierarquia das vias. No exemplo das vias principais, fazem-se necessárias qualidades que as diferenciem de outros canais de circulação. Como, por exemplo, a concentração de certo uso ou atividade ao longo de sua margem, um trabalho especial nas fachadas, uma iluminação e vegetação diferenciada, entre outros.

Porém, o planejador urbano deve estabelecer prioridades e até mesmo abdicar de certas soluções para chegar a um bom resultado, pois a escala da cidade não permite um trabalho completo em detalhes, apesar de todas as preocupações supracitadas. Para atingir os objetivos, devemos aceitar que as nossas visões são fragmentárias e que não podemos tudo ver.

Para ampliar essa visão, são feitos registros fotográficos em diversos momentos, de diversos ângulos, para que se chegue a uma visão mais ampla e subjetiva que possa transcrever da melhor forma a imagem da cidade.

5 Metodologia que permite analisar e classificar essa visão da cidade

Como colocado ao definir o que significa a imagem da cidade para o urbanista, constata-se que cada imagem individual possui algum teor que jamais, ou

escassamente, é comunicado, sendo, dessa forma, única. Ainda assim, essa imagem se conecta com a imagem pública que, em ambientes variados, pode conter, em diferentes relevâncias, características dominantes ou abrangentes.

Os estudos quanto aos conteúdos das cidades que se reportam às formas físicas são classificados nos seguintes elementos:

1. Vias: são estruturas de circulação onde os indivíduos trilharam-se de modo usual, eventual ou potencial. Sejam linhas de trânsito, ruas, canais, alamedas ou ferrovias. Esses elementos são, para muitos cidadãos, preponderantes em sua imagem.

Figura 9 – Levantamento de área a sofrer intervenção: vias.



Fonte: IPPUC.

2. Limites: princípios lineares dos quais o indivíduo não faz uso, ou não os compreende como elementos de via. São fronteiras entre duas regiões, como lagos, margens de rio, construções, cortes em ferrovias e praia.

3. Bairros: concebidos a partir da noção de extensão bidimensional, são regiões médias ou vastas de uma cidade. Penetrando mentalmente nesses espaços, os observadores os identificam a partir de suas características comuns.
4. Pontos Nodais: são locais estratégicos de uma cidade, onde o indivíduo pode inserir-se. São focos iniciais ou finais de locomoção do cidadão, como concentração de vias, sítios de interrupção de transportes, cruzamento, ou passagens de uma estrutura à outra. Muitas vezes, são símbolos de bairros, tornando-se suas sínteses, onde há grande propagação de sua influência.

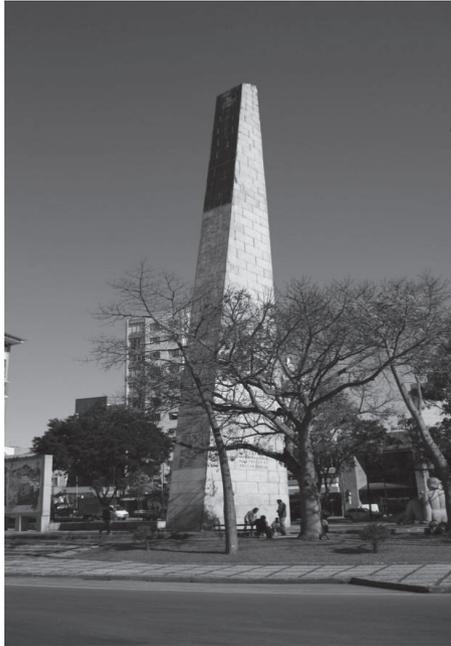
Figura 10 – Imagem de um ponto nodal da cidade de São Paulo.



Fonte: acervo da autora Thamine A. A. Ayoub.

5. Marcos: são referências externas, no caso, são locais onde a pessoa não adentra. Podem ser construções, edifícios, semáforo ou até mesmo uma montanha. Podem não estar inseridos na cidade e muitas vezes são afastados, mas vistos de muitos ângulos e intervalos.

Figura 11 – Imagem de um marco na cidade de Curitiba.



Fonte: IPPUC.

Com a identificação desses elementos, é possível a realização de um diagnóstico para o reconhecimento de pontos marcantes das imagens do público e, dessa forma, efetuar um projeto sob uma perspectiva coletiva.

6 Alteração da imagem da área de intervenção

Para que um projeto atinja um resultado de sucesso, a área intercedida deve ser totalmente apropriada para a população. Angelo Serpa (2007), em seu livro “O Espaço Público na Cidade Contemporânea”, diz que a comunidade deve sentir-se inserida naquele espaço, é necessário que haja nela um sentimento de posse sobre a área. Dessa forma, no início do processo de projeto para intervenção urbana, o profissional deve preparar sua proposta, considerando as características do público que terá o espaço como local de convivência; o planejador deve divisar a área como um sistema no qual todas as partes são correlacionadas.

O imaginário coletivo é constituído pelos significados que são atribuídos aos lugares da cidade. Esse imaginário pode ser classificado como

[...] prática social pela qual os significados passam a acumular imagens e a significar mais. Através dessa prática, pessoas, datas, espaços, fatos ou objetos podem incorporar significados extras e passam a constituir representações autônomas que desconhecem a prática social que lhes deu origem [...] (FERRARA, 2002, p. 45).

Zukin (2000, p. 81) defende que a apropriação cultural dos distritos é um ato da população que acontece em duas etapas. “Primeiramente, um grupo social não relacionado de modo nativo à paisagem ou ao vernacular assume uma perspectiva de ambos. Em segundo lugar, a imposição de sua visão – convertendo o vernacular em paisagem – conduz a um processo material de apropriação espacial”.

A intervenção de uma área pode alterar todo o significado já disposto no imaginário coletivo, portanto, é indiscutível a necessidade de extremo cuidado do planejador ao interferir nesses ambientes. É essencial preservar as visões positivas e eliminar as negativas, de forma que, durante sua resolução, o projeto deve ser estudado tridimensionalmente para que seja operado sobre a real imagem do espaço.

7 Função e uso da fotografia

Em “Fotografia e História”, o autor Boris Kossoy (1989) trata a fotografia como uma possibilidade de investigação e descoberta que, se utilizada corretamente, promete resultados satisfatórios ao se tentar sistematizar suas informações, estabelecer metodologias adequadas de pesquisa e análise para decifrar seu conteúdo e, por consequência, a realidade original a qual pertence.

Considerando que a fotografia é uma linguagem de representação de determinado recorte inserido no espaço-tempo, ou seja, uma narrativa de encontros de pelo menos uma pessoa em um lugar, em um determinado momento (GODOLPHIN, 1995), os planejadores podem utilizar os registros do espaço, otimizando seu trabalho, muitas vezes minimizando o número de visitas necessárias aos locais de intervenção, bem como utilizando sua percepção de outra forma, com um material que permite certas captações que não foram possíveis em visita a campo.

Dessa forma, a fotografia é utilizada como objeto de pesquisa e consulta, como fonte para solução de dúvidas, possibilitando a visualização de determinados fragmentos do ambiente. Tal linguagem também pode servir de base cartográfica para os desenhos que trabalham com a bidimensionalidade em plantas baixas e também de fotografias tradicionais para os trabalhos tridimensionais.

A linguagem fotográfica é detentora de uma função de extrema importância no processo de planejamento urbano, uma vez que a fotografia possibilita a transmissão das características da área. Boris Kossoy (1989, p. 15) defende que “costumes, habitações, monumentos, mitos e religiões”, ou seja, praticamente toda a “expressão cultural” de um povo pode ser explicitada por meio de um documento fotográfico.

Dentro desse molde, ocorre o caso das paisagens urbanas, de obras arquitetônicas (históricas e contemporâneas), bem como de conflitos ambientais, que são temas utilizados por fotógrafos.

Como exemplificação do uso da fotografia como material de pesquisa e interpretação no projeto de intervenções urbanas, serão apresentadas a seguir imagens utilizadas para esse fim.

Figura 12 – levantamento de área de intervenção urbana – identificação das características do local.



Fonte: IPPUC.

Figura 13 – levantamento de área de intervenção urbana – identificação das características do local.



Fonte: IPPUC.

Figura 14 – levantamento de área de intervenção urbana – identificação das características do local.



Fonte: IPPUC.

Figura 15 – levantamento de área de intervenção urbana – identificação das características do local.



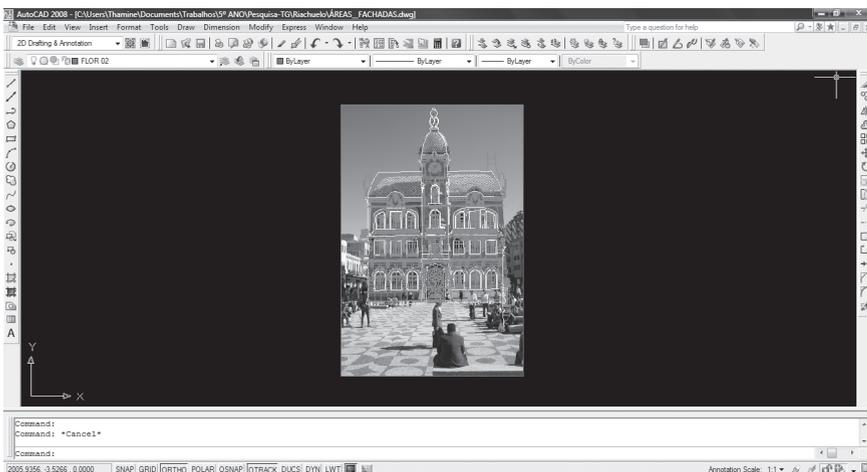
Fonte: IPPUC.

Figura 16 – Imagem utilizada como base para execução dos desenhos do projeto de revitalização.



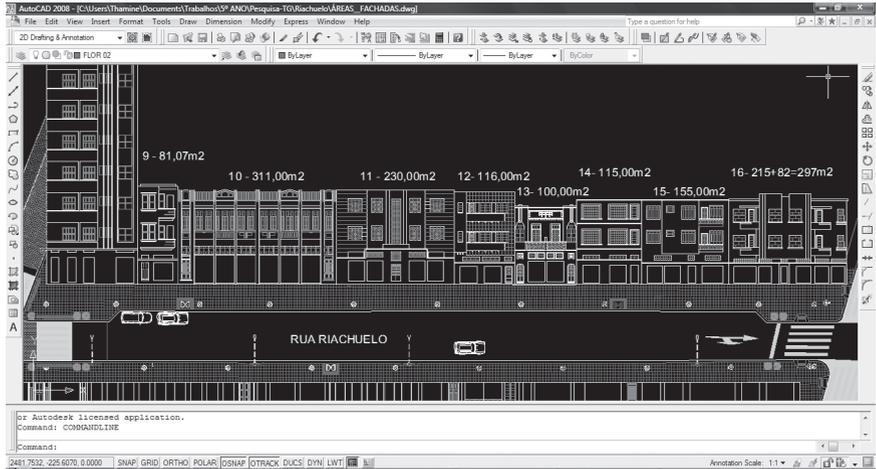
Fonte: IPPUC.

Figura 17 – Imagem sendo utilizada como base no programa AutoCAD.



Fonte: IPPUC.

Figura 18 – Resultado dos desenhos baseados em fotografias.



Fonte: IPPUC.

8 Softwares utilizados para elaborar os projetos

Atualmente, há um grande número de programas utilizado para elaborar os projetos urbanos como os *softwares* de AutoCAD, CorelDraw, SketchUp, entre outros. Esses instrumentos, geralmente, suportam carregamento e edição de imagens. Assim, tornam-se possíveis o manuseio e a referência da fotografia durante a ação de projeto.

Recentemente, uma nova técnica de obtenção de imagens parte do princípio de registrar imagens do que ainda não existe, mediante fotografias de maquetes eletrônicas. Há *softwares* renderizadores muito utilizados nos projetos de arquitetura e urbanismo, como é o exemplo do “Atlantis1”, no qual é possível, além do enquadramento e opção de sua angulação, escolher sob qual guisa a imagem será obtida.

Portanto, é possível inferir que cada vez mais a fotografia participa e se torna essencial para a arquitetura e, principalmente, para o planejamento urbano. É utilizada de diversas formas, para inúmeros fins, mas sempre executando papel fundamental para a percepção do planejador.

Figura 19 – Fotografia de maquete virtual elaborada no SketchUp.



Fonte: IPPUL.

Figura 20 – Fotografia de maquete virtual elaborada no SketchUp.



Fonte: IPPUL.

9 Considerações finais

Esta pesquisa se propôs, como objetivo geral, elaborar um panorama do planejamento urbano brasileiro que permitisse a identificação da fotografia como elemento que dá suporte para a elaboração de projetos na escala urbana.

No planejamento urbano, a fase inicial de levantamentos tem grandiosa importância para o resultado final. Interferir em uma área implica em transformar a imagem que é percebida pelos observadores e, da mesma forma, interpretada. Kevin Lynch (1960) apresenta teoria para que o urbanista compreenda tais assimilações por parte dos observadores. As imagens fotográficas dão suporte para a aplicação dessa teoria, auxiliando o profissional a identificar os elementos da paisagem que conformam a imagem mental de cada observador.

Além de um registro portador das características da área, a fotografia também é utilizada como base para desenhos, referência de escala e como perspectiva futura, como no caso de fotografias de maquetes eletrônicas.

The use of photography in the process of urban intervention

Abstract

It is intended, in the present work, provide an overview of the projectual context of urban interventions, highlighting the role of photography in this process. To recuperate an area presupposes improve the image of the city in which is inserted. The term image is used here as an abstract value, an unknown idea of the vision that each person has in his subconscious of a particular area. Kevin Lynch supports this theory through a methodology which allows to analyze and to classify this view. The urban intervention changes that image, so it should be worked thoroughly in all phases of the project. Therefore, it is necessary that the architect and planner materialize this image to be able to manipulate it and redraw it in developing the final product. Thus the picture takes its role in the transmission characteristics of the photographed area, it is used as base (from scale to spatial composition) for all drawings and attempts of materialize the space so that the

intervention is properly inoculated in the context and does not harm the landscape by inserting into the personal subconscious. The examples studied to diagnose cases of the use of photography in projects of urban intervention revealed that it plays a fundamental function in obtaining information by the city planner from the beginning of the planning studies. Actually, the photographic material can be worked in the software used in development work becoming reference in the graphics industry.

Keywords: Urban intervention. Image of the city. Photography.

Referências

BARGMANN NETTO, Domingos Luiz. *Produção audiovisual na Universidade de São Paulo*. São Paulo, 2000. 184 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

BARRETO, Menna Thaís. *Pioneiros do uso da fotografia para o urbanismo no Rio Grande do Sul*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

BEHANCE NETWORK. *Revitalização Urbana/Rodoviária de Porto Alegre, @2006-2012*. Disponível em: <<http://www.behance.net/gallery/Revitalizao-Urbana-Rodoviria-de-Porto-Alegre/162085>>. Acesso em: 25 fev. 2011.

BENTLEY, I. et al. *Responsive environments: a manual for designers*. Oxford: Architectural Press, 1997.

CELSO, Angel Lo. *Sentido espiritual de la arquitectura en América*. Córdoba: Impr. de la Universidad, 1948.

CIDADE, Daniela Mendes. *A cidade revelada: a fotografia como prática de assimilação da arquitetura*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

COLOMINA, Beatriz. *Le Corbusier and photography. Assemblage*, Princetown, n. 4, oct. 1987.

COLOMINA, Beatriz. *Privacy and Public. Modern Architecture as Mass Media*. Cambridge: The MIT Press, 1996.

DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia (Org.). *Percepção ambiental: a experiência brasileira*. 2. ed. São Paulo: Editora da UFSCar, 1999.

FERRARA, Lucrécia. Do mundo como imagem à imagem do mundo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. 5. ed. São Paulo: Hucitec Annablume/ANPUR, 2002. p 45-50.

FORMA E ESPAÇO'S BLOG. *Reformas*, [2012]. Disponível em: <<http://formaespaço.wordpress.com/reforma/>>. Acesso em: 25 fev. 2011.

GODOLPHIN, Nuno. *A fotografia como recurso narrativo: problemas sobre a apropriação da imagem enquanto mensagem antropológica*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE LONDRINA – IPPUL. *Imagens de divulgação da revitalização da Rua Sergipe*. Londrina: nov. 2010.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

KOZLOFF, Max. A subjetividade, a fotografia e suas múltiplas leituras. In: COLÓQUIO LATINO-AMERICANO DE FOTOGRAFIA, 2., 1986. Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Funarte, 1986.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1960.

MAGNABOSCO, MAURO JOSÉ. *Revitalização da Rua Riachuelo*. Curitiba: IPPUC, ago. 2010. Entrevista concedida a Thamine de Almeida Ayoub Ayoub.

MONTANER, Josep Maria. *Arquitectura y crítica*. Barcelona: Colección GG básicos, 2007.

OLIVEIRA, Ana Claudia; CAMARGO, Isaac. *Caderno de Discussão do Centro de Pesquisas Sociossemióticas*. São Paulo: CPS, 2003.

PANERAI, Philippe. *Análise urbana*. Tradução de Francisco Leitão. Brasília: UNB, 2006.

SERPA, Angelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.

SOARES, S. M. V. *A percepção ambiental da população noronhense em relação à área de preservação ambiental*. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2005.

TIBBALDS, Francis. *Making people-friendly towns: improving the public environment in towns and cities*. New York: Taylor & Francis Group, 2001.

ZELINKA, A.; BRENNAN, D. *Safe scape: creating safer, more livable communities through planning and design*. Chicago: American Planning Association, 2001.

ZUKIN, Sharon. Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano. In: ARANTES, A. A.(Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. p. 81-103.